

LEI MUNICIPAL Nº 1.658, DE 31 DE OUTUBRO DE 1989.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FORTUNATO JANIR RIZZARDO, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É instituído o Conselho Municipal do Patrimonio Histórico e Cultural - COMPAHC -,par te integrante da estrutura administrativa, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, com a composição e as atribuições fixadas nesta Lei e subsequentes.

Art. 2º - O Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural é o órgão de assessoramento e colaboração com a Administração Municipal, em todos os assuntos relacionados com o Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 3º - O Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural será composto por 15 (quinze) membros titulares e igual número de suplentes, a saber:

- I Representando a Prefeitura Municipal:
- a) três funcionários municipais, estáveis ou inativos, devendo, necessariamente, um ser Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, um Engenheiro ou Arquiteto e um com curso Superior de História.
- b) dois funcionários da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pertencentes a qualquer categoria funcional, inclusive titulares de cargo em comissão, sendo que um, necessariamente, deverá ser representante do Museu e Arquivo Histórico Municipal.



- c) O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto ou seu substituto legal.
- II Representando as entidades nominadas, um membro de cada uma delas, a saber:
 - a) Clube dos Diretores Lojistas
 - b) Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região dos Vinhedos
 - c) Centro da Indústria e Comércio CIC
 - d) Fundação Educacional da Região dos Vinhedos- FERVI
 - e) Representante das Associações de Bairros
 - f) Representante do Sindicato dos Trabalhadores
 - g) Representante do Sindicato dos Empregadores
 - h) Representante da Câmara Municipal de Vereadores
 - i) Representante do Conselho do Plano Diretor

PARÁGRAFO ÚNICO - Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em seus impedimentos.

Art. 4º - Os Conselheiros do COMPAHC serão nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, sua atividade será gratuita e considerada "serviço relevante" ao Município.

- § 1º Para nomeação dos representantes de entidade, relacionadas no Art. 3º, II desta Lei, o Chefe do Poder Executivo solicitará às mesmas a indicação de três nomes,ca bendo ao Prefeito escolher um titular e um suplente dos nomes enviados.
- § 2º O mandato dos representantes da Prefeitura Municipal coincidirá com o da Administração que representam. Os demais membros serão renovados a cada biênio.
- \$ 30 Os membros do Conselho serão nomeados no mês de março, ocorrendo a posse na primeira sessão que se realizar.

.



Art. 5º - O Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPAHC - terá as seguintes atribui-

ções:

- I Assessorar a Administração Municipal nos assuntos referentes ao Patrimônio Histórico e Cultural do Município;
- II Sugerir a inclusão ou exclusão do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, de bens considera dos de valor histórico e cultural;
- III Zelar pela defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município;
 - IV Apresentar sugestões viáveis sobre qualquer assun to pertinente ao Patrimônio Histórico e Cultural do Município;
 - V Solicitar assessoramento técnico ao Poder Executi vo;
 - VI Participar, juntamente com o Poder Executivo, de estudos técnicos sobre inventários, classificação, arquivamento, demolições, tombamento e conservação de documentos, monumentos, obras de valor artístico ou histórico, bens móveis e imóveis e bem como de setores de interesse paisagístico e ambiental;
- VII Encaminhar ao Prefeito Municipal as sugestões de processos discutidos no órgão;
- VIII Promover campanhas de conscientização cultural e educativa junto à população, através de conferências, concursos, mostras folclóricas, exposições, leituras de textos literários e teatrais;
 - IX Elaborar e votar o seu Regimento Interno.
 - Art. 60 O COMPAHC reunir-se-á em sessões públicas Ordinárias, conforme o estabelecido em seu

regimento.

.



§ 10 - O Chefe do Poder Executivo convocará os membros do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural para a primeira sessão pública de cada biênio, instalando-a, empossando seus membros e convidando-os para que elejam seu Presiden te;

§ 2º - Na ocorrência de algum imprevisto do disposto no Art. 4º, § 1º, os mandatos dos conselhei - ros a que se refere o Art. 3º, II, serão automaticamente prorrogados até a posse dos seus sucessores legais.

Art. 7º - O Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural reunir-se-á com um "quorum" de seis membros e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 8º - Os trabalhos da Secretaria Executiva do Conselho serão dirigidos por um servidor municipal, designado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 9° - As resoluções, devidamente assinadas, deverão ser anexadas pela Secretaria aos processos respectivos, para encaminhamento ao Executivo.

Art. 10 - O Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei, expedirá Decreto regulamentando-a.

Art. 11 - O processo de tombamento dos bens identif<u>i</u>
cados e cadastrados como culturalmente pr<u>e</u>
serváveis, obedecerá as disposições contidas no Capítulo II da Lei
Municipal Nº 1.111, de 21 de junho de 1982.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

• • • • • • •



contrário, e em especial a Lei Municipal n^{Q} 1.278, de 19 de novembro de 1984.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos trinta e um dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e nove.

Reg. no Livro de Leis
n.o 1.658 à fl. 0.88
31, 10, 1989

LAGISTRE'SE E PUBLIQUE-SE

FORTUNATO JANIR KIZZARDO
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Lei foi publicada no lugar de costume no dia

Secretario de Governo

The state of the s
CAMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Reg. no Livro de Sus
N.º 1.658 à F! 46
Em 01, 01, 89
Hentoenologh.
- Diretor Geral -